

O serviço de abastecimento de água na cidade de Porto Alegre, Brasil (1861-1930)

Fabiano Quadros Rückert
UNISINOS, Brasil

Resumen

O Objetivo deste artigo consiste em analisar o desenvolvimento do serviço de abastecimento de água na cidade de Porto Alegre –Brasil– a partir das relações entre os interesses privados e o poder público. Para atingir este objetivo, o artigo foi dividido em duas partes: a primeira parte aborda o surgimento de um sistema moderno de abastecimento de água promovido com capitais particulares procedentes da Companhia Hydráulica Porto Alegrense e da Companhia Hydráulica Guahybense; a segunda parte destaca a municipalização parcial do serviço iniciada em 1904, e contempla a gradual expansão do abastecimento público realizada pela municipalidade de Porto Alegre. O marco cronológico inicial fixado para este artigo corresponde ao ano de criação da Companhia Hydráulica Porto-Alegrense (1861) e o marco cronológico final destaca o ano de encerramento da Primeira República no Brasil (1930).

Palabras clave: Abastecimento de água, gestão privada, Porto Alegre, gestão pública.

Códigos JEL: L95, N96, Q25.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the development of the water supply service in the city of Porto Alegre –Brazil– on the basis of the relationships between private interests and the public sector. To achieve this goal, the paper has been divided into two parts: in the first part it is discussed the emergence of a modern water supply system promoted with private capital coming from the companies Hdráulica Porto-Alegrense and Hydráulica Guahybense; in the second part it is highlighted the partial decentralization of the service started in 1904 and it involves the gradual expansion of the public water supply held by the Porto Alegre municipality. The initial chronological marker set for this paper is the year of the company Hydraulica Porto-Alegrense creation (1861) and the end chronological marker highlights the closing year of the First Republic in Brazil (1930).

Key words: Water supply, private management, Porto Alegre, public management.

JEL Codes: L95, N96, Q25.

O serviço de abastecimento de água na cidade de Porto Alegre, Brasil (1861-1930)

[Fecha de recepción del original: 21-01-2015; versión definitiva 14-12-2015]

Fabiano Quadros Rückert
UNISINOS, Brasil

1. Introdução

A cidade de Porto Alegre foi a capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período imperial (1822-1889), e atualmente, é a capital do estado do Rio Grande do Sul¹. Localizada nas margens do Rio Guaíba², no extremo norte da Lagoa dos Patos, durante o século XVIII Porto Alegre tornou-se um ponto militar estratégico para a expansão lusitana em direção ao sul da América; posteriormente, a cidade cresceu influenciada pelo comércio e pelo fluxo de imigrantes que desembarcavam no seu porto cidade em direção ao interior da Província.

No período da história do Brasil conhecido como II Reinado (1840-1889), a urbanização de Porto Alegre ganhou contornos mais definidos com a construção do Mercado Público, da Usina do Gasômetro e da estação ferroviária que ligava à capital da Província à cidade de São Leopoldo. Nesta época, o abastecimento de água ganhou importância na agenda do poder público, sobretudo depois da epidemia de Cólera que atingiu o Rio Grande do Sul em 1855³.

Os documentos da Câmara Municipal de Porto Alegre, referentes ao período imperial, indicam que a preocupação com a oferta de água potável coexistia com outros problemas sanitários discutidos pela municipalidade, dentre os quais estavam a limpeza das ruas e terrenos baldios, a necessidade de fiscalização dos alimentos e o descarte das “materias feacas”⁴. Considerando o contexto mais amplo de preocupações sanitárias decorrentes da urbanização de Porto Alegre, pretendo destacar, na sequência do artigo, os investimentos do capital privado voltados para o abastecimento de água na cidade que foi a sede administrativa do governo provincial.

¹ A Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, implantada em 1891, transformou as Províncias em Estados membros da federação.

² Existe uma discussão técnica quanto a classificação do Guaíba como lago ou rio, mas esta discussão diminui a importância das suas águas para formação da cidade de Porto Alegre. Convém lembrarmos que a palavra Guaíba é de origem tupi-guarani e que neste idioma significava “baía de todas as águas” – nome adequado para função que o Guaíba exerce na hidrografia do Rio Grande do Sul. Prestes (2014), p. 59.

³ Acosta-Witter (2007).

⁴ Ferreira de Ávila (2010).

Imagem 1. Mapa de Porto Alegre, 1888. – João Cândido Jacques



Fonte: Pesavento (2001)

2. O capital privado e o “negócio das águas” na cidade de Porto Alegre

Antes de abordar o surgimento do “negócio das águas” em Porto Alegre, cabe ressaltar que existem importantes estudos sobre a história do abastecimento de água na Europa e na América Latina.

Os europeus possuem tradição nos estudos sobre o abastecimento de água e os países mais contemplados pelas pesquisas neste tema são Inglaterra, França e Espanha. Na bibliografia europeia, as questões referentes à gestão do serviço e a participação do capital privado na construção e manutenção do “sistema moderno” de abastecimento de água são temas abordados em diversos trabalhos⁵. A valorização destes temas não pode ser dissociada das discussões entre adeptos da privatização e adeptos da gestão pública do abastecimento de água – discussões que influenciam no trabalho dos historiadores, economistas e sociólogos.

Na América Latina, os estudos sobre a história do abastecimento de água apresentaram um expressivo avanço, sobretudo no México⁶, na Argentina⁷ e no Brasil⁸. A bibliografia produzida nos países latino-americanos, apesar de influenciada pela historiografia europeia, apresenta uma interessante característica: a valorização das ações políticas na criação do “sistema moderno” de abastecimento de água. Esta característica é

⁵ Matés-Barco (1999), (2013) e (2014); Millward (2007); Ramos-Gortiza & Rosado-Cubero (2013); Fernández (2014).

⁶ Aboites-Agular (1998); Birrichiga-Gardida (2007) y (2014); Contreras-Utrera (2011); Torres-Rodrigues (2013).

⁷ Bordi de Ragucci (1997); Lanciotti & Regalsky (2014); Simón-Ruiz (2009); Rosário-Solveira (2014).

⁸ Campos (2005); Sant’anna (2007); Teixeira & Peixoto-Faria (2013) y (2014); Quadros Rückert (2013); Santos (2013); Ribeiro Tedeschi (2014).

compreensível, se considerarmos a importância dos investimentos públicos no desenvolvimento econômico e na urbanização dos países latino-americanos.

No caso específico do Brasil, o governo imperial realizou grandes investimentos na construção de ferrovias⁹ e na modernização dos portos e incentivou a imigração europeia para ampliar a produção agrária. A centralização administrativa possibilitou um gradual crescimento da arrecadação tributária, mas ao longo de todo o Império, a arrecadação foi insuficiente para atender as demandas de um aparelho estatal em fase de expansão¹⁰. Naquele contexto, diversos serviços de interesse público foram entregues ao capital particular mediante concessões negociadas entre o governo e os investidores.

Em 1838, um grupo de investidores ingleses e membros da elite pernambucana criaram Companhia Hidráulica do Beberibe que recebeu do governo a concessão para explorar o serviço de abastecimento de água da cidade de Recife, capital da Província de Pernambuco¹¹. Em 1852, a empresa denominada Companhia Hidráulica do Queimado negociou com o governo o fornecimento de água encanada para a cidade de Salvador, capital da Província da Bahia. Com o surgimento destas duas companhias hidráulicas, foi inaugurado o “negócio das águas”¹² no Império do Brasil.

Depois do impacto da epidemia de Cólera em Porto Alegre, o governo manifestou interesse em construir obras para o abastecimento de água e providenciou estudos para avaliar a possibilidade de captação nas nascentes do Arroio do Sabão¹³. Os estudos concluídos em 1861 comprovaram a viabilidade de um sistema de distribuição por gravidade, com uma previsão de captação de 5.568 metros cúbicos de água por dia¹⁴.

Sem possuir os recursos financeiros necessários para a realização das obras de abastecimento de água em Porto Alegre, o governo provincial seguiu o exemplo das cidades de Recife e Salvador, e optou pela concessão do serviço para uma empresa particular.

Em 1861 o empresário Francisco Antônio Pereira Rocha¹⁵ assinou o contrato de concessão com a Província e iniciou os trabalhos de criação da Companhia Hidráulica

⁹ Durante o período imperial, o Estado tornou-se praticante do que José Murilo de Carvalho chamou de “incesto fiscal”, ou seja, ele tornou-se gerador da sua própria receita através de investimentos estatais. No período final do Império, as rendas das empresas estatais “representavam 56% do total” da receita interna e, dentro deste quadro, as ferrovias ocupavam uma posição destacada sendo responsáveis “por cerca de 70% do total das receitas das empresas estatais”. Carvalho (1988), p. 33.

¹⁰ Uricoechea (1978).

¹¹ Loebler-Campos (2008); Menezes & Araújo (1991).

¹² A expressão “negócio das águas” diz respeito ao surgimento de empresas particulares que transformaram o uso das águas em um produto comercial a partir de condições (custo e quantidade) previamente negociadas com o poder público.

¹³ Quadros Rückert (2013).

¹⁴ Os estudos para captação das águas nas nascentes do Arroio do Sabão (também chamado na época de Arroio do Dilúvio) foram realizados pelo francês Emilio Gengembre. A contratação deste engenheiro foi uma iniciativa do governo provincial. In: Diretoria de Obras Públicas da Província, Caixa 11, Maço 21 (AHRs).

¹⁵ Francisco Antônio Pereira da Rocha foi um dos criadores da Companhia Hidráulica do Queimado, na Província da Bahia, e consequentemente, possuía experiência neste incipiente “negócio das águas” que estava em curso no Brasil do século XIX.

Porto-Alegrense. Neste contrato o empresário assumia a responsabilidade pelas obras para captação e condução das águas das nascentes do Arroio do Sabão e também assumia o compromisso com a construção de um reservatório e com a instalação de oito chafarizes no centro de Porto Alegre. A contrapartida oferecida pelo governo foi o direito de cobrar pelo fornecimento da água nos chafarizes e a permissão para arrendar penas aos proprietários de imóveis interessados em receber água nas suas residências. O volume de água diária que deveria ser fornecido e o preço do produto nos chafarizes e penas foi fixado pelo governo provincial que ofereceu como incentivo para os investidores o pagamento de 7% de juros sobre o capital aplicado pela empresa.

O Presidente da Província negociou a concessão usando como referência os contratos que originaram as companhias hidráulicas no Recife e em Salvador; e procurou assegurar um preço mais acessível para a água que seria fornecida para a população de Porto Alegre. No Relatório de 1861, ele registrou esta iniciativa:

Neste contracto procurei me aproximar quanto foi possível das companhias já referidas, quanto a taxa do preço de cada barril d'água, com a diferença que para Porto Alegre a medida é maior, de maneira que ainda mesmo aqueles que, por falta de escravos, tiveram de comprar aos carroceiros por 30 ou 40 rs um barril de 25 litros d'água tirada dos chafarizes, haverá vantagem e economia, atento ao preço, quantidade e qualidade que atualmente se vende a razão de 60 rs o barril nunca maior de 15 litros¹⁶.

A citação destacada nos permite inferir que o “negócio das águas” em Porto Alegre ganhou forma inicial sob a influência das experiências que estavam em curso em Recife e Salvador. No que diz respeito a preocupação do Presidente da Província com a “qualidade” e a “quantidade” da água que seria fornecida pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, importa ressaltar que uma das prioridades do poder público na ocasião da assinatura do contrato, era oferecer alternativas para a população da cidade que consumia as águas poluídas do Rio Guaíba ou captadas nas poucas fontes existentes na cidade.

O serviço de abastecimento de água da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense foi inaugurado parcialmente em 1866 e, nos primeiros meses do ano seguinte, a empresa permitiu o uso gratuito dos chafarizes para conter o surto de Cólera que atingiu Porto Alegre. Esta foi a única vez em que a água dos chafarizes pode ser usada sem o pagamento da taxa fixada no contrato.

Na década de 1870, a receita gerada pelo arrendamento das penas superou a receita procedente dos chafarizes e a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense passou a acumular saldos positivos registrados nos relatórios anuais da empresa. Considerando os dados procedentes desta fonte documental, podemos constatar que o “negócio das águas” em Porto Alegre era lucrativo, uma vez que a empresa ampliava gradualmente o número de penas arrendadas e, conseqüentemente, ampliava o número de contribuintes.

¹⁶ *Relatório com que o conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão entregou a Presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. sr. vice-presidente, commendador Patricio Correa da Camara.* Porto Alegre: Typographia do Jornal A Ordem, 1861, 40. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/893/>> Acessado em 10 de outubro de 2014.

Os relatórios da Companhia Hydráulica Porto-Alegrense são uma fonte documental importante, sobretudo para o estudo do balanço financeiro e dos procedimentos técnicos adotados pela empresa; mas esta fonte documental não oferece subsídios para sabermos como a sociedade ou poder público avaliavam o serviço realizado pela Companhia.

A posição dos usuários da água fornecida pela Companhia Hydráulica Porto-Alegrense foi pesquisada a partir da imprensa local. Com base nos jornais da época, sabemos que a partir de 1880 surgiram reclamações de clientes insatisfeitos com a insuficiência de água nos canos, com a aparência e o odor da água, ou com a falta dela em situações de incêndio. Em 1884, um novo assunto gerou reclamações na imprensa: a instalação de hidrômetros adotada pela Companhia para coibir o consumo abusivo.

O jornal *A Federação* foi o periódico que mais dedicou espaço para as notícias referentes ao abastecimento de água em Porto Alegre na década final do Império. Neste jornal, na coluna chamada “Cousas Municipais” de 23 de maio de 1884, um colunista que usava o pseudônimo de *Fiscal Honorário*¹⁷ apresentou um breve histórico da Companhia, destacando fatos como o uso de recursos públicos na sua instalação; o crescimento do número de clientes; o problema do excesso de consumo e a prática do “pinga pinga” (redução da água fornecida) efetuada pela Companhia. Depois de expor estes fatos e de ressaltar o compromisso contratual da empresa de oferecer diariamente 25 barris de água para cada pena, o *Fiscal Honorário* criticou a maneira como a Companhia estava conduzindo a instalação dos hidrômetros.

Como pode a companhia mandar colocar um hydrometro sem audiência da parte interessada, fechando-o a cadeado, dizendo quando lhe parece: você gastou tanto e mais o aluguel do hydrometro? [...] A companhia pelo seu contrato obrigou-se a dar penas de vinte e cinco barris, e impõe a força um hydrometro pelo aluguel de seiscentos réis mensaes.

Obriga o cidadão a acreditar no que diz a companhia sobre a quantidade d’agoa consumida, porque só a companhia tem o direito de ver o mostrador do hydrometro, que é vedado aos olhos profanos do concessionário.

Se o hydrometro é o fiscal de agoa consumida, não pode vencer aluguel.

Se a companhia pode pelas contas do seu relógio cobrar o excesso dos vinte e cinco barris, também pode o concessionário exigir o abatimento do que gastar a menos. Fora disto é contrato leonino¹⁸.

O protesto do *Fiscal Honorário* foi um interessante registro da insatisfação que a instalação dos hidrômetros provocou em Porto Alegre na década de 1880. Para muitos clientes da Companhia, a medição do consumo foi considerada um procedimento abusivo e sem respaldo contratual¹⁹.

¹⁷ O pseudônimo de *Fiscal Honorário* foi usado pelo cidadão Felicíssimo Manoel de Azevedo, um dos membros do Partido Republicano Rio-Grandense. Azevedo permaneceu no governo de Porto Alegre no período de 22 de janeiro de 1890 a 21 de novembro de 1891. Bakos (2007), p. 182.

¹⁸ *A Federação*. *Cousas Municipaes*, 23 de maio de 1884. (BNRJ-HD).

¹⁹ Na capital do Império o uso de hidrômetros foi iniciado por ordem do Decreto nº 3645 de maio de 1886. Segundo Almeida, o uso dos hidrômetros ampliou a possibilidade de “controle do governo sobre a água aumentasse principalmente no que se refere às derivações clandestinas ou desvios de água direta das tubulações. Além disso, o governo criou multas mais severas para aqueles que desobedecessem que poderiam chegar à quantia de cem mil réis e até à perda do uso da concessão.” Almeida (2010), p. 112.

A Câmara Municipal também se posicionou sobre o assunto e decidiu encaminhar uma representação ao governo provincial protestando contra os procedimentos da Companhia²⁰. *A Federação* publicou o texto de protesto da Câmara na sua edição do dia 19 de fevereiro de 1885. Nele, foram apontadas seis irregularidades cometidas pela Companhia: (1) o repasse, para os usuários, do custo dos hidrômetros que ela decidiu instalar; (2) a elevação do “custo mensal da agoa”, consequência do aluguel dos hidrômetros; (3) o descumprimento do contrato na questão referente ao preço da água fornecida; (4) a cobrança da taxa mensal de 4\$000 por 500 litros diários, desconsiderando os usuários que não consomem todo este volume; (5) a supressão de penas de usuários que estavam em dia com o pagamento do serviço; (6) a “impureza das agoas fornecidas pela companhia”²¹.

Os protestos na imprensa continuaram, e diante da polêmica sobre o uso dos hidrômetros, surgiram textos reivindicando a intervenção do governo provincial. De fato, mais do que um assunto técnico (o uso de um aparelho para medir o consumo de água), a polêmica apontava para a obrigação do governo em fiscalizar o serviço prestado pela empresa, mediante as condições contratuais fixadas em 1861.

No Relatório do Presidente da Província de 1885, encontramos o registro da posição do governo provincial sobre os conflitos entre a empresa e os clientes²². Inicialmente, o Presidente da Província estudou o contrato firmado entre a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e o governo e, posteriormente, emitiu um Ofício avaliando os procedimentos administrativos da empresa e o problema dos hidrômetros. Neste Ofício, o governo provincial afirmou que as decisões da Companhia estavam respaldadas nos Estatutos da empresa, mas não contemplavam exigências previstas no contrato assinado em 1861 e, conseqüentemente, não contavam com a aprovação da Província. É interessante observar que o governo provincial não reprovou o uso dos hidrômetros, mas em contrapartida, reconheceu o direito dos proprietários em aceitar ou rejeitar a mudança no sistema de fornecimento, e acrescentou que a suspensão do serviço só poderia ser feita mediante ausência de pagamento²³. Desta forma, a empresa foi obrigada a receber dos usuários a autorização para instalar os hidrômetros, o que dificultou a iniciativa de contenção do consumo abusivo.

A polêmica dos hidrômetros criou um contexto favorável para a criação de uma segunda empresa particular de abastecimento de água em Porto Alegre. O movimento para o

²⁰ *A Federação*. A Hidráulica, 24 de janeiro de 1885, p. 3. (BNRJ-HD).

²¹ *A Federação*. Companhia Hidráulica, 19 de fevereiro de 1895, p. 2. (BNRJ-HD).

²² *Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Albuquerque Barros*. Porto Alegre, s/ editora, 19 de setembro de 1885 (p. 185-189). In: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/>> Acessado em 30 de outubro de 2014.

²³ O conteúdo do Ofício diminui a importância das reclamações sobre a qualidade das águas fornecidas. No documento, o governo afirmou que: “A simples allegação de impureza das águas, não constando onde, quando e por quem foi verificada, nenhum procedimento autoriza contra a companhia, visto que, tendo sido competentemente reconhecida a qualidade das águas canalizadas, e approvada a execução de todas as obras contractadas, só se pode exigir a regularidade da conservação nos termos da cláusula 9ª do aditamento ao contracto de 09 de janeiro de 1862.” *Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Albuquerque Barros*. Porto Alegre, 19 de setembro de 1885, p. 186. In: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/>> Acessado em 30 de outubro de 2014

surgimento da nova empresa foi iniciado pelo engenheiro José Estácio de Lima Brandão que apresentou à Assembleia da Província uma “petição” para captar as águas do Guaíba. Justificando o seu pedido, feito no dia 29 de outubro de 1885, Brandão argumentou que o volume de água fornecido pelo Arroio do Sabão era insuficiente para a demanda da cidade, alegou que as águas do Guaíba eram de melhor qualidade e que a captação nessa fonte possibilitaria o aumento da oferta e a redução do preço da água. A possibilidade de melhorar o estado sanitário da cidade mediante a ampliação da oferta de água também foi incluída no documento que o engenheiro Brandão encaminhou para a Assembleia, deste documento, procede a seguinte citação:

Se a população tem tudo a lucrar com a concorrência, não é menos certo que a província auferirá também vantagens porque dentro de pouco tempo terá sem o menor dispêndio todas as obras precisas para um serviço completo de distribuição, e, portanto, uma fonte de renda segura para atender outros melhoramentos que se farão sentir á proporção que for se desenvolvendo essa cidade.

O peticionário pede pouco: não pretende garantia de juros, nem outra qualquer subvenção. Requer apenas uma garantia razoável e justa, que não lhe será certamente negada a bem da população d’esta cidade²⁴.

Não pedindo a “garantia de juros” pelo capital que seria aplicado, o engenheiro renunciou um dos principais incentivos que o governo imperial usava para atrair investidores em obras e serviços de interesse público. Brandão também não pediu “subvenção” com recursos públicos, outro procedimento usado pelo governo para oferecer aos investidores maior segurança de retorno. Renunciando esses benefícios, enfatizando os problemas de abastecimento de água que a cidade enfrentava na época e, sobretudo, se comprometendo em oferecer água mais barata e em maior quantidade, José Estácio de Lima Brandão tornou a sua proposta interessante para o poder público. A petição foi debatida pela Assembleia Provincial em novembro de 1885.

O jornal *A Federação* apresentou informações sobre o andamento desta discussão na Assembleia Provincial nas edições de 18 e 25 de novembro de 1885. Num primeiro momento, surgiram dúvidas sobre a constitucionalidade da petição e; posteriormente, o próprio objeto da petição – o “privilégio” para captação de água no Guaíba – foi analisado pelos deputados²⁵. Durante o processo de apreciação do assunto, o Deputado Assis Brasil propôs uma emenda para reduzir o tempo do “privilégio” de 30 para 20 anos e argumentou que a permissão discutida na Assembleia não era um “privilégio” no sentido original da palavra, mas sim, “um alargamento d’essa concorrência, que todos devemos amar, porque vem estabelecendo as coisas no seu verdadeiro pé”²⁶.

Diversos deputados manifestaram críticas ao serviço prestado pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, tanto no que diz respeito ao volume, quanto à qualidade e o

²⁴ *A Federação*. Secção Livre, 31 de outubro de 1885, 2. (BNRJ-HD)

²⁵ *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia da Reforma, 1885, 19-24. (MALRS)

²⁶ *A Federação*. Assembleia Provincial Discurso pronunciado na sessão de 19 de novembro, 25 de novembro de 1885, capa. (BNRJ-HD).

custo das águas fornecidas pela empresa. O clima de insatisfação motivou a criação de uma Comissão de Deputados para investigar o desempenho financeiro da Companhia Hydráulica Porto-Alegrense e, ao mesmo tempo, reforçou a preocupação da Assembleia Provincial com as decisões referentes ao futuro do abastecimento de água na capital.

A Comissão encarregada de investigar as finanças da Companhia Hydráulica Porto-Alegrense apresentou os resultados do seu trabalho na Sessão de 24 de novembro de 1887. Com base nos documentos estudados, a Comissão concluiu que a Companhia deveria restituir ao cofre da Província o valor de 16:253\$829 “que inevitavelmente recebeu como garantia de juros”; e também deveria pagar à Província 163:313\$807 (valor referente a parte dos lucros que pertenceriam ao governo provincial, segundo a Lei n. 478 de 1861, artigo 1º § 12). Na apresentação dos resultados da investigação, o Deputado Koserlitz criticou os procedimentos usados pela Companhia Hydráulica para ampliar seus lucros e protelar a indenização que deveria ser paga à Província. Segundo Koserlitz, a ampliação dos débitos da empresa e a elevação no “fundo de reserva” dos acionistas impediam que o capital da empresa atingisse o limite fixado para o pagamento da indenização e, conseqüentemente, prejudicavam o governo provincial²⁷.

Quando o ano de 1885 terminou, a Assembleia ainda não havia chegado a um consenso sobre as condições da permissão para Brandão captar água no Guaíba. E mesmo sem um posicionamento oficial do governo provincial, o trabalho de organização dos estatutos da Companhia Hydráulica Guahybense e a venda de ações da nova empresa avançaram em um ritmo acelerado²⁸.

O “negócio das águas” em Porto Alegre era realmente atrativo e capaz de reunir em um curto espaço de tempo, um expressivo capital procedente de investidores com diferentes condições de aplicação financeira. Na Lista de subscritores da Companhia Hydráulica Guahybense, encontramos 34 nomes que juntos contabilizavam 509 ações. Um detalhe interessante indicado pelos números dessa Lista é a disparidade no capital aplicado pelos investidores: 350 ações estavam nas mãos de 5 dos acionistas (com destaque para o Comendador João Pinto da Fonseca Guimarães, proprietário de 100 ações); no outro extremo da Lista, encontramos nove acionistas que juntos possuíam apenas 11 ações. Cabe ressaltarmos ainda o nome de D. Mafalda Caminha, a única mulher acionista da nova empresa²⁹.

Em 1886, Brandão obteve o privilégio da exclusividade para a captação e distribuição de água do Guaíba pelo prazo de 20 anos³⁰. Autorizada pelo governo, a Companhia

²⁷ *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia da Reforma, 1887, pp. 110-111. (MALRS).

²⁸ *A Federação*. Companhia Hydráulica Guahybense, 17 de agosto de 1885, p. 2. – *A Federação*. Hydráulica Guahybense, 17 de outubro de 1885, p. 2. (BNRJ-HD).

²⁹ *A Federação*. Questão do dia, 17 de agosto de 1885, p. 3. (BNRJ-HD)

³⁰ Na petição encaminhada por Brandão para a Assembleia Provincial o prazo pedido foi de 30 anos, sendo a redução no prazo uma consequência da aprovação de uma emenda proposta pelo Deputado Assis Brasil. *A Federação*. Assembleia Provincial. Discurso pronunciado na sessão de 19 de novembro, 25 de novembro de 1885, capa. (BNRJ-HD).

Hydráulica Guahybense iniciou a construção do seu complexo no bairro Moinho de Ventos e a sua implantação mobilizou uma ampla rede de indústrias, de instituições bancárias e casas de importação. Quando o sistema de captação/tratamento e distribuição de água da Companhia Hydráulica Guahybense entrou em funcionamento, o regime imperial havia sido substituído pela República e uma nova conjuntura política estava em curso no Rio Grande do Sul.

3. A criação de um serviço público de abastecimento de água em Porto Alegre

O processo de transição do Império para a República foi certamente um dos principais acontecimentos da história do Brasil. O papel dos militares na implantação da República, a existência de diferentes projetos políticos entre os republicanos civis e a adoção do federalismo na Constituição Nacional são temas destacados pela historiografia que aborda este processo de transição.

No Rio Grande do Sul, o começo da República foi marcado pela influência do positivismo sob os líderes republicanos e pela violência da Revolução Federalista de 1893 – um conflito militar que colocou em risco o destino da República, uma vez que os federalistas pretendiam depor o governo nacional. A vitória militar imposta pelos republicanos e o texto da Constituição Estadual de 1891 permitiram a hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao longo das primeiras décadas da República.

Os líderes do PRR eram adeptos da expansão dos serviços públicos e acreditavam que o abastecimento de água deveria ser controlado pelo governo. Por outro lado, entendiam que os contratos firmados pelo governo imperial com empresas privadas deveriam ser respeitados. Nestas condições, a única opção existente para viabilizar um serviço público de abastecimento de água, era a encampação das companhias hidráulicas.

Na cidade de Porto Alegre, em 1900 a municipalidade encaminhou negociações com as duas empresas que controlavam o fornecimento de água. Os documentos consultados indicam que a intenção da encampação coexistia com uma preocupação do poder público com os “bens particulares” dos acionistas das respectivas empresas³¹. Apesar de contrariar as preferências dos líderes do PRR, o “negócio das águas” na capital do Rio Grande do Sul era uma realidade que envolvia, além de bombas de captação, reservatórios e redes de canos, os funcionários das empresas existentes, os acionistas e os clientes interessados no seu destino. E sem chegar a um entendimento com as empresas que controlavam o serviço, o governo não poderia avançar no seu objetivo de submeter o abastecimento de água ao controle da municipalidade.

Em 1902, a proposta de encampação foi rejeitada pelas duas companhias; neste mesmo ano, o Intendente nomeou uma Comissão para estudar o custo da criação de uma rede de abastecimento de água para a cidade com máquinas e encanamentos novos. A Comissão apresentou cálculos e orçamentos e concluiu que o governo poderia construir uma nova

³¹ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1902. *A Federação*. 10 de outubro de 1902, p. 15. (BNRJ-HD).

rede de abastecimento de água com um valor semelhante ao que estava sendo pedido pelas duas companhias hidráulicas, com a vantagem de que a nova rede teria maior durabilidade e menores gastos na sua manutenção. Na opinião da Comissão, coordenada pelo engenheiro Francisco Brasiliense da Cunha Lopes, as condições exigidas pela Hidráulica Porto-Alegrense e pela Hidráulica Guahybense não poderiam ser aceitas pela Intendência. Procedendo desta forma, e tendo o aval do governo estadual, a Intendência de Porto Alegre reforçava a sua determinação de ampliar a oferta de água com ou sem a encampação das companhias. Enquanto os estudos prosseguiam, uma nova rodada de negociações foi iniciada e produziu resultados diferentes.

No Relatório apresentado ao Conselho Municipal de 1904, o intendente José Montaury de Aguiar Leitão informou que a Companhia Hidráulica Guahybense havia feito uma oferta considerada “justa” para aquisição do seu patrimônio. No dia 01 de outubro de 1904, a municipalidade realizou a encampação da empresa pelo valor de 423:000\$000, usando recursos obtidos no empréstimo bancário negociado especialmente para as obras de saneamento³².

Com a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense o rumo das negociações seguiu outra direção. O patrimônio desta empresa foi avaliado pela municipalidade em 635:746\$277, sendo reduzido pela Secretaria de Obras Públicas do Estado para 487:221\$447. A direção da Companhia discordou do valor, sentiu-se prejudicada e escreveu para ao governador Borges de Medeiros sua recusa em aceitar os termos da encampação. Na sua resposta, ela definiu de forma clara e objetiva, a diferença entre o interesse privado e o interesse público.

A Companhia Hidráulica Porto-Alegrense é uma sociedade anonyma ou companhia de comércio e tanto basta para frisar que o seu intuito fundamental é a realização de lucros materiaes.

Diametralmente oppostos são os intuitos do governo propondo-se a fazer administrativamente o serviço hidráulico, porque o intuito do lucro cede, por completo, diante do interesse público, a que primordialmente obedece toda a actividade governamental e sob cujo influxo a administração há de empenhar-se para tornar o abastecimento de água o mais barato possível, quanto baste para fazer face do juro módico do capital empregado e as lentas amortizações deste capital.

E os abaixo-assinados acreditam que a administração poderá supprir agua a preços infimos, porque o seu tutelar desvelo é notável em prol da população e o crédito do governo é afortunadamente maciço, para que os capitaes necessários lhe afluam a juros resumidissimos³³.

Diante do fracasso na segunda tentativa de negociação com a Diretoria da Hidráulica Porto-Alegrense, a Intendência pediu que o governo estadual intermediasse um acordo e

³² O uso do empréstimo bancário foi necessário para acelerar o processo de encampação e para assegurar uma reserva que foi aplicada nas primeiras obras de ampliação do abastecimento de água realizadas pela municipalidade.

³³ *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montaury de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1907.* In: *A Federação*, 23 de novembro de 1927, p. 3. (BNRJ-HD).

sugeriu que a empresa realizasse o projeto de ampliação no abastecimento de água mediante a aceitação das condições fixadas pelo governo. Em 1903, a Companhia encaminhou um ofício ao governo estadual expressando sua disposição em realizar as obras planejadas pela municipalidade com o seu próprio capital e expôs a necessidade de “saber previamente e com precisão, quaes as concessões, vantagens ou garantias, que lhe desse o poder público estadual ou municipal, bem como os ônus estipulados, a fim de que a Associação conseguisse o numerário preciso”³⁴. A proposta foi bem recebida pelo governo e as partes envolvidas avançaram para as negociações sobre o custo das novas obras e sobre as condições contratuais; neste ponto, surgiram divergências entre os orçamentos elaborados pela Companhia e os orçamentos elaborados pelo poder público.

Depois de tentativas improdutivas, a Intendência abandonou as negociações com a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense para concentrar sua atenção nas obras para a ampliação da oferta de água a partir das máquinas e da rede de canos adquirida da extinta Companhia Hidráulica Guahybense. As primeiras escavações para a ampliação da rede iniciaram-se no mesmo ano da encampação (1904) e foram acompanhadas de um rápido crescimento no número de penas abastecidas pela municipalidade.

No ano de 1907, o Intendente comunicou ao Conselho Municipal a realização de diversos trabalhos na Casa de Máquinas da Hidráulica Municipal para ampliar a capacidade de captação e informou sobre a compra de uma “bomba systema Whashington” com capacidade para fornecer 500 litros por minuto. A nova bomba foi instalada provisoriamente na Casa de Máquinas da Rua Voluntários da Pátria e, posteriormente, foi usada para elevar a água até o reservatório metálico no Moinho de Ventos. Outra aquisição destacada pelo Intendente foi “uma instalação mecânica completa” que seria usada “no projecto complementar de abastecimento de água no Phartenon, Menino Deus, Azenha e Colônia Africana”³⁵.

Para administrar de forma mais eficiente a captação e a distribuição de água, a Intendência criou a Seção da Hidráulica Municipal e a partir de 1907 passou a incluir, nos relatórios apresentados ao Conselho Municipal, informações sobre os serviços, as receitas e as despesas desta seção. Em junho de 1907, existiam 2.697 penas recebendo água da municipalidade, em 1909, o número havia subido para 4.661. Acompanhando o rápido aumento no número de penas, a receita procedente do fornecimento de água também foi ampliada. No Relatório de 1909, o intendente previu uma receita de 348:000\$000 para a Seção de Hidráulica e estipulou despesas com o abastecimento de água na faixa de 174:378\$000³⁶. O saldo gerado neste cálculo permitia o pagamento do empréstimo

³⁴ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1904. Porto Alegre: Oficinas Tipographicas d’ A Federação, p. 22. (AHPAMV).

³⁵ Relatório e Projecto de orçamento para o exercício de 1908 apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1907. In: A Federação, 23 de novembro de 1907, p. 7. (BNRJ-HD).

³⁶ Relatório e Projecto de orçamento para o exercício de 1910 apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, na sessão ordinária de 1909. In: A Federação, 18 de novembro de 1909, p. 7. (BNRJ-HD).

contraído pela municipalidade para encampação da Hydráulica Guahybense e ainda possibilitava uma gradual ampliação na rede de canos³⁷.

O investimento inicial feito na encampação da Hydráulica Guahybense e o constante trabalho da municipalidade para expandir gradualmente a rede pública de distribuição, foram insuficientes para suprir a crescente demanda por água potável existente na capital do Rio Grande do Sul. A demanda foi impulsionada pela industrialização da cidade e pelo seu crescimento demográfico. Durante as primeiras décadas da República, a população de Porto Alegre apresentou um expressivo crescimento demográfico, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro I: Crescimento populacional de Porto Alegre (1890-1920)³⁸

1890	1910	1917	1920
52.421 hab.	130.227 hab.	179.053 hab.	205.000 hab.

O centro da cidade continuou abrigoando a maior parte da população, porém o ritmo do crescimento populacional nos bairros São João e Navegantes foi mais intenso. Estes bairros concentravam uma numerosa população operária e neles estavam localizadas importantes indústrias da época³⁹. Prover a população operária de água potável tornou-se uma prioridade para a Intendência que em 1912 instalou chafarizes nos bairros São João e Navegantes para que “os seus moradores pudessem provisoriamente suprir-se deste indispensável elemento de subsistência e hygiene, de preferência a água que captavam á beira do litoral ou de poços”⁴⁰.

O interesse em expandir a oferta de água para os bairros que concentravam a população operária coexistia com a preocupação da Intendência com a qualidade das águas captadas pela municipalidade – águas que antes de 1928 não recebiam tratamento químico. Quando

³⁷ A ampliação gradual da rede de canos de água que abasteciam Porto Alegre foi registrada anualmente nos Relatórios da Intendência. Vejamos dois exemplos, um referente ao ano de 1912 e o outro referente ao ano de 1914. (i): “A canalização que, em 30 de Junho do ano findo era de 74.757 m, passou a ser em 30 de Junho ultimo de 76.716 m, havendo um aumento de 2.259 m, dos quaes, 863 m pertencem ao 2º semestre do exercicio de 1912.” Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão na Sessão Ordinária de 1913. A Federação, 27 de novembro de 1913, p. 11. – (ii): “A canalização que, em 30 de Dezembro de 1913 era de 79.281 m, elevou-se a 31 de Dezembro do ano findo a 81.670 m, havendo, portanto, um aumento de 2.388 m.” Relatório e Projecto de Orçamento para o exercicio de 1916 apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão na Sessão Ordinária de 1915. A Federação, 26 de novembro de 1915, p. 11. (BNRJ-HD).

³⁸ Quadro elaborado pelo autor do artigo a partir dos dados da FEE (1981, pp. 94 e 127) e do Censo realizado pela Intendência de Porto Alegre em 1917..

³⁹ A história do desenvolvimento dos bairros São João e Navegantes foi abordada na obra de Alexandre Fortes, intitulada Nós do Quarto Distrito; nela, o autor destaca a expressiva presença de imigrantes nos bairros que formavam o Quarto Distrito e analisa a formação da classe operária porto alegreense e a sua organização sindical no contexto do Estado Novo (1937-1945).

⁴⁰ Relatório e Projecto de orçamento para o exercicio de 1913 apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente José Montauray de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1912. In: A Federação, 03 de dezembro de 1912, p. 11. (BNRJ-HD).

o serviço foi assumido pela municipalidade, o ponto de captação estava próximo da área industrial e isto gerava o receio da contaminação e da transmissão de doenças. Em 1912, o intendente José Montauray reconheceu a necessidade de modificar o ponto de captação e expressou o interesse em submeter a água captada no Guaíba ao tratamento químico, mas argumentou que a municipalidade não possuía os recursos necessários para modernizar o sistema de captação e tratamento⁴¹. A solução apontada, foi a obtenção de um novo empréstimo bancário.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as negociações que estavam em curso com bancos e fornecedores europeus foram interrompidas e o preço das máquinas e equipamentos hidráulicos apresentou uma expressiva elevação. Mas apesar das adversidades decorrentes do conflito internacional, a Intendência manteve-se empenhada em melhorar as condições de abastecimento da cidade, providenciando as obras de alvenarias para a instalação das novas máquinas, insistindo nas negociações com as empresas europeias e incluindo na sua pauta a aquisição dos filtros para o tratamento da água distribuída pela Hidráulica Municipal⁴².

Em 1916, o intendente José Montauray reconheceu a necessidade de usar filtros rápidos nos tanques da Hidráulica Municipal. Naquele contexto, o antigo sistema de filtração por decantação natural dificultava o tratamento do grande volume de água que a cidade consumia diariamente e comprometia a meta de expansão do serviço⁴³. A implantação dos filtros rápidos também era considerada uma medida necessária para preservar a saúde da população abastecida pela municipalidade. Em 1920, a empresa norte-americana Ulen & Cia foi contratada para elaborar o projeto de instalação dos filtros. O projeto foi aprovado pela Intendência e pela Secretaria de Obras Públicas do Estado, mas a sua execução foi adiada por motivos de ordem financeira.

A ideia de modificar o ponto da captação e de implantar um novo sistema de tratamento de água na Hidráulica Municipal ganhou força na gestão do intendente Otávio Rocha, responsável pela realização de grandes obras de urbanização em Porto Alegre⁴⁴. No Relatório de 1925, Otávio Rocha apresentou ao Conselho Municipal o resultado dos exames químicos e bacteriológicos realizados com amostras coletadas nas seguintes localidades da capital: (a) no ponto de captação da Hidráulica Municipal; (b) no Furado, área do Rio Guaíba que estava sendo cogitada para o novo ponto de captação; (c) no

⁴¹ De fato, a municipalidade enfrentava dificuldades para acompanhar a expansão dos diversos serviços que controlava. Convém lembrarmos que no começo do século XX, além de iniciar a criação de um serviço público de abastecimento de água, a Intendência de Porto Alegre também estava investindo no fornecimento de energia elétrica, na iluminação a gás, no Asseio Público e na rede de esgoto construída entre 1907 e 1912. Para atender os diversos serviços que demandavam investimentos da administração municipal, em 1909 a Intendência contraiu um empréstimo de 600.000 libras a juros de 5% e pode reorganizar suas finanças pagando empréstimos anteriores (negociados com juros de 7%) e concluindo as obras da rede de esgoto.

⁴² *Relatório e Projecto de orçamento para o exercício de 1916, apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária de 1915*. In: *A Federação*, 23 de novembro de 1915, p. 11. (BNRJ-HD).

⁴³ O historiador Juan Manuel Matés-Barco afirma que os filtros rápidos norte americanos “se caracterizaban no sólo por la perfección con la que clarificaban el agua mediante el empleo de coagulante, sino también por la efectiva disminución de bacterias, que alcanzaba el 97 por cien”. Matés-Barco (1999), p. 440.

⁴⁴ Ueda (2006); Bakos (1996).

Arroio do Lage, junto ao Rio Jacuí. Com base nos exames, os técnicos Pereira Filho e Waldemar de Castro concluíram que as águas do Furado eram de qualidade superior e ressaltaram que o ponto de captação usado pela municipalidade apresentava águas “suspeitas” que deveriam “sofrer um tratamento antes da distribuição à população”⁴⁵.

Os motivos para a mudança no ponto de captação e para o uso dos filtros rápidos e produtos químicos no tratamento da água existiam, mas as limitações orçamentárias impediam a compra das máquinas e a execução das obras. Para superar este problema e para viabilizar os trabalhos de urbanização projetados para Porto Alegre, a Intendência decidiu contrair outro empréstimo no exterior e solicitou o auxílio do Estado no encaminhamento das negociações. O governo estadual respondeu com a Lei n. 363, de 17 de novembro de 1925, autorizando a obtenção de um empréstimo de no máximo “um milhão de libras esterlinas ou seu equivalente em dólares, ouro americano” e colocou-se como avalista do respectivo empréstimo⁴⁶. As negociações resultaram na liberação de um empréstimo no valor de 4.000.000 de dólares para ser pago no prazo de 40 anos, acrescido de juros de 7,5% ao ano e de uma Comissão de 2% ao ano para fundo de amortização⁴⁷. Com o dinheiro obtido no empréstimo, a Intendência concluiu as obras de urbanização da cidade e investiu no seu “programa” de abastecimento de água que estava focada nas seguintes metas:

1º- Captação no ponto denominado “Furado”, a uma distância de 1700 metros aproximadamente da Casa das Máquinas, sita à rua 7 de Abril, com uma descarga podendo alcançar 60 milhões de litros por dia. 2º - Filtração rápida, systema americano. 3º- Esterilização d’água em ocasiões excepcionaes, em que epidemias de origem hydrica aconselham o seu emprego. 4º - Projecto e construção de uma rede geral abrangendo as nossas zonas que deverão ser abastecidas, e estudando os meios de melhorar, gradativamente, a rede actual, que deverá ficar harmônica com o projecto.

Os três primeiros trabalhos serão abordados imediatamente e o ultimo gradativamente e de accordo com os recursos que pudermos obter⁴⁸.

Durante a administração do intendente Otávio Rocha, os trabalhos para a expansão do saneamento foram coordenados pela Subcomissão Municipal de Saneamento⁴⁹. Em 1927,

⁴⁵ *Relatório apresentando ao Conselho Municipal pelo intendente Engº Octávio Francisco da Rocha em 15 de outubro de 1925*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1925, p. 2. (AHPAMV).

⁴⁶ *A Federação*. Governo do Estado, 18 de novembro de 1925, p. 2. (BNRJ-HD).

⁴⁷ A operação bancária, concluída em abril de 1926, produziu dois contratos: um firmado entre a Intendência e a empresa bancária Ladenburg, Thalmann & Cia e outro entre a municipalidade e o governo estadual.

⁴⁸ *Relatório apresentando ao Conselho Municipal pelo intendente Engº Octávio Francisco da Rocha em 15 de outubro de 1925*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1925, p. 164. (AHPAMV).

⁴⁹ As obras de urbanização realizadas na administração Otávio Rocha foram planejadas pela Comissão de Melhoramentos, nesta havia uma Subcomissão de Saneamento para tratar das questões referentes ao abastecimento de água e ampliação da rede de esgoto. Em 1925 a Subcomissão de Saneamento estava composta pelos seguintes membros: Antônio de Siqueiras, José C. Parreiras, Rodolpho Ahrons, Alfredo Wiltgen, Silvio Brum, Bernardo Velho e Afonso de Aquino. A Federação. Sub-comissão de Saneamento, 07 de fevereiro de 1925, p. 5. (BNRJ-HD).

o engenheiro Antônio de Siqueira, funcionário do governo estadual encarregado de fiscalizar as obras de saneamento na capital, registrou os trabalhos que estavam em curso com empréstimo do exterior. Na parte da captação, Siqueira destacou a duplicação das máquinas da Usina Elevatória na Rua da Praia e a instalação de uma nova linha de recalque com 60 cm de diâmetro, desde a Usina até os tanques de tratamento no Alto do Moinho de Ventos. Na parte referente à distribuição da água, ele descreveu o andamento das obras nos bairros Rio Branco e Partenon e informou que a extensão da rede nos bairros São João e Navegantes estava concluída.

Antônio de Siqueira também apresentou informações sobre a construção de um “reservatório de distribuição de cimento armado com cinco milhões de litros de capacidade”, fez previsões sobre a implantação de canos nas novas avenidas e na área do novo porto. Ele também informou que os estudos para a instalação dos filtros para o tratamento da água na Hydráulica Municipal estavam em fase de conclusão⁵⁰.

A expansão da rede pública de água no decorrer dos anos 20 gerou novas negociações entre a municipalidade e a Companhia Hydráulica Porto-Alegrense, empresa que atendia a parte norte da cidade. No Relatório apresentado pelo Intendente em 1928, consta “a encampação de parte da Companhia” e a realização de trabalhos para substituir os canos instalados pela empresa nas décadas finais do século XIX. A substituição foi necessária porque os problemas de “fuga d’água” eram constantes e porque havia uma necessidade de padronização no diâmetro dos canos da rede. Como resultado das obras de ampliação e renovação da rede hidráulica, no ano de 1927 foram assentados 9.342 metros de canos de diferentes diâmetros nas ruas de Porto Alegre.

No dia 14 de novembro de 1928, o jornal *A Federação* publicou uma matéria intitulada “Melhoramentos Municipaes – A inauguração no dia 15 do novo processo de filtração d’água”. O texto apresentou uma descrição detalhada das máquinas e equipamentos instalados na Hydráulica Municipal durante a implantação do novo sistema de tratamento, inaugurado pelo então intendente Alberto Bins. Desta forma, ao final do ano de 1928, o sistema de captação/tratamento e distribuição de água da Hydráulica Municipal de Porto Alegre estava ampliado e modernizado e a capital do Rio Grande do Sul pode encerrar o período da Primeira República, provida de um grande volume de água potável.

Financeiramente, uma importante mudança ocorreu entre a criação do serviço público de abastecimento de água (1904) e o final da Primeira República (1930): durante este período, a receita gerada pelo fornecimento de água passou a ocupar o primeiro lugar entre os chamados “Serviços Industriais”, superando o valor da arrecadação procedente da “Iluminação elétrica”, da “Iluminação a gás” e de outros serviços controlados pela municipalidade de Porto Alegre⁵¹.

⁵⁰ *Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1927. 1º Volume*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’A Federação, 1927, pp. 12-13. (AHRs).

⁵¹ As receitas classificadas nos documentos da Intendência de Porto Alegre como “Serviços Industriais”, incluíam, além do abastecimento de água, o fornecimento de energia elétrica e de energia a gás; o transporte de cargas e passageiros na Ferrovia do Riacho, o Asseio Público, e a partir de 1912, o serviço de Esgoto.

4. Considerações finais

O estudo apresentado neste artigo reconstituiu uma parte da história do abastecimento de água em Porto Alegre explorando dois momentos distintos: o primeiro destacou o surgimento de um sistema de captação e distribuição de água que foi construído com o capital da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e da Companhia Hidráulica Guahybense; o segundo momento contemplou a formação de um serviço público de abastecimento de água promovido pela Intendência de Porto Alegre.

Importantes mudanças políticas de âmbito nacional e regional ocorreram dentro do recorte cronológico contemplado pelo estudo. Os documentos consultados indicam que a implantação do regime republicano e o fortalecimento dos poderes municipais contribuíram para a intervenção da Intendência de Porto Alegre no abastecimento de água. A conjuntura política favorável coexistiu com fatores de ordem econômica e técnica que foram ponderados pelas autoridades do governo. Neste sentido, importa ressaltar que a encampação da Companhia Hidráulica Guahybense foi antecedida de estudos que apontavam para a viabilidade da ampliação no volume de água captado no Rio Guaíba, mediante investimentos em máquinas e equipamentos.

Considerando os dados coletados e analisados, podemos inferir que financeiramente, a experiência de gestão pública do abastecimento de água iniciada em Porto Alegre em 1904, apresentou um saldo positivo para a municipalidade, na medida em que a renda gerada pelo serviço possibilitava o pagamento do empréstimo bancário contraído para a encampação da Companhia Hidráulica Guahybense e, ao mesmo tempo, permitia investimentos na reforma e expansão da rede.

Outro fato importante constatado pela pesquisa foi a preocupação da Intendência de Porto Alegre com a qualidade da água fornecida pela Hidráulica Municipal. A necessidade de mudança no ponto de captação e a intenção de modernizar o tratamento da água com a instalação de filtros rápidos foi registrada em diversos documentos a partir de 1912, contudo, foi somente em 1928 que a Intendência realizou os investimentos necessários recorrendo a um empréstimo bancário. O recurso do empréstimo bancário usado pela municipalidade nos permite afirmar que a renda gerada pelo fornecimento da água cobria os débitos contraídos e a manutenção da rede, mas não oferecia margem para investimentos de grande porte como os que foram realizados no sistema de abastecimento de água em Porto Alegre no final da década de 1920.

Para finalizar este artigo, considero importante registrar uma particularidade da história do abastecimento de água na capital do Rio Grande do Sul: no conjunto das capitais estaduais do Brasil, Porto Alegre é a única que mantém o serviço de fornecimento de água sob o controle da municipalidade – controle que foi consolidado em 1944 com a encampação definitiva da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense.

Acervos Documentais consultados

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Velhinho.

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

BNRJ-HD – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Hemeroteca Digital.

MALRS – Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

GLOBAL RESOURCE NETWORKS – Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Sul http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

Referências Bibliográficas

ABOITES-AGUILAR, Luis (1998): *El agua de la nación. Una historia política del México. 1846-1946*. CIESAS, México.

ACOSTA-WITTER, N. (2007): *Males e Epidemias: soffredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BAKOS, Margaret M. (1996): *Porto Alegre e seus eternos intendentés*. EDIPUCRS, Porto Alegre.

BAKOS, Margaret M. (2007): “Política na sala de visitas (1897-1937)”, en GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.): *República Velha (1889-1930)*. Volume 3, Tomo 1. Passo Fundo: Méritos, pp. 171-203.

BIRRICHIGA-GARDIDA, Diana (coord.) (2007): *La modernización del sistema de agua potable en México, 1810-1950*. El Colegio Mexiquense, México.

BIRRICHIGA-GARDIDA, Diana (2014): “La regulación de las empresas de abasto de agua en México, 1855-1930”, *Transportes, Servicios e Telecomunicaciones*, 26, pp. 198-222.

BORDI DE RAGUCCI, Olga N. (1997): *El agua privada en Buenos Aires (1856-1892). Negocio y fracaso*. Buenos Aires, Editorial Vinciguerra.

CAMPOS, Cristina de (2005): “A promoção e a produção das redes de água e esgotos na cidade de São Paulo. 1875-1892”. *Anais do Museu Paulista*, 13, 2, pp. 189-232.

CARVALHO, José Murilo de (1988): *Teatro de sombras: a política imperial*. IUPERJ, Rio de Janeiro.

CONTRERAS-UTRERA, Julio (2011): *Entre la insalubridad y la higiene. El abasto de agua en los principales centros urbanos de Chiapas, 1880-1942*. Tuxtla Gutiérrez, Universidad Autónoma de Puebla.

FERNÁNDEZ, A. (2014): “La distribution de l’eau à Bordeaux de 1852 à 2011: singularité et exemplarité d’une économie politique des services techniques urbains”, *Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, 26, pp. 68-90.

- FERREIRA DE ÁVILA, Vladimir (2010): “Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850–1900)”, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FORTES, Alexandre (2004): *Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Edusc, Caxias do Sul.
- LANCIOTTI, N. S. y REGALSKY, A. (2014): “Los sistemas de Agua potable en la Argentina: gestión pública y gestión privada en dos grandes ciudades, Buenos Aires y Rosario,” *Transporte, Servicios y Telecomunicaciones*, 26, pp. 162-198.
- LOEBLER-CAMPOS, H. (2008): “O Rio Beberibe e sua importância para o abastecimento de água na Região Metropolitana do Recife: uma perspectiva histórica,” *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*, 26-1, pp. 238-256.
- MACHADO DE ALMEIDA, Gilmar (2010): “A domesticação da água: os acessos e os usos das águas no Rio de Janeiro entre 1850 e 1889”, Dissertação de Mestrado em História, UFERJ/PPGH–UNIRIO, Rio de Janeiro.
- MATÉS-BARCO, J. M. (1999): *La Conquista del agua*. Universidad de Jaén, Jaén.
- MATÉS-BARCO, J. M. (2013): “La conquista del agua en Europa: los modelos de gestión (siglos XIX y XX)”, *Agua y Territorio*, 1, pp. 21-29.
- MATÉS-BARCO, J. M. (2014): “Las empresas concesionarias de servicios de abastecimiento de aguas potables en España (1840-1940)”, *Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, 26, pp. 36-68.
- MENEZES, J. S. da M.; ARAÚJO, H. F. de (Orgs) (1991): *Águas do Prata. A Companhia do Beberibe: história do saneamento de Pernambuco, 1828 a 1912*. Companhia Pernambucana de Saneamento, Recife.
- MILLWARD, Robert (2007): “La distribution de l'eau dans les villes en Grande Bretagne au XIXe et XXe siècles: le gouvernement municipal et le dilemme des compagnies privées”, *Histoire, économie & société*, 26e, pp. 111-128.
- PESAVENTO, Sandra J. (2001): *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- PRESTES, Antônio J. D. (2014): “A poluição do Guaíba e de suas praias em Porto Alegre a partir dos anos 1960”. RÜCKERT, Fabiano Q.; PEREIRA, Elenita M.; GALARCE-MACHADO, Neli (Orgs.): *História ambiental do Rio Grande do Sul*. UNIVATES, Lajeado, pp. 59-83.
- QUADROS RÜCKERT, Fabiano (2013): “O problema das águas poluídas na cidade de Porto Alegre (1853-1928)”, *Diálogos (Maringá. Online)*, 17, 3, pp. 1145-1172.
- RAMOS-GOROSTIZA, Luis; ROSADO-CUBERO, Ana (2013): *Ideas económicas en torno al servicio de abastecimiento urbano en la Gran Bretaña del siglo XIX*. Universidad Complutense, Madrid.

- RIBEIRO TEDESCHI, D. (2014): “El camino de las aguas en la América portuguesa: la red de abastecimiento de Mariana en el siglo XVIII.” *Agua y Territorio*, 3, pp. 10-17.
- ROSÁRIO-SOLVEIRA, B. (2014): “Agua y saneamiento en la ciudad de Córdoba (Argentina) 1880-1935,” *Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, 26, pp. 128-160.
- SANT’ANNA, Denise B. de (2007): *Cidades das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. Editora SENAC, São Paulo.
- SANTOS, Fábio A. dos (2013) “Captação e abastecimento de água na São Paulo de ontem e de hoje: continuidades e descontinuidades”, *História econômica & história de empresas*, 16, 1, pp. 9-38.
- SIMÓN-RUIZ, Inmaculada (2009): “¡Aguas. El Ayuntamiento de México se hunde! 1866-1910”, *Agenda Social*, 3, n.1, pp. 137-153.
- TEIXEIRA, Simonne; PEIXOTO-FARIA, Teresa de J. (2013): “Saber científico e poder instituído como campo de disputas no processo de instalação e gestão em Campos dos Goytacazes: o legado da Companhia The Campos Syndicated Limited”, *Agua y Territorio*, 1, pp. 65-76.
- TEIXEIRA, Simonne; PEIXOTO-FARIA, Teresa de J. (2014): “Los conflictos en torno a la gestión privada del servicio de abastecimiento de agua en Brasil: Saturnino de Brito versus la compañía The Campos Syndicate Limited”, *Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, 26, pp. 246-268.
- TORRES-RODRIGUES, Alicia (2013): “Abastecimiento de agua potable en las ciudades de México: el caso de la zona metropolitana de Guadalajara”, *Agua y Territorio*, 1, pp.77-90.
- UEDA, Vanda (2006): “A construção, a destruição e a reconstrução do espaço urbano na cidade de Porto Alegre no começo do século XX”, *Espaço e Tempo*, n. 19, pp. 141-150.
- URICOHEA, Fernando (1978): *O minotauro imperial. A burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX*. Difel, Rio de Janeiro/São Paulo.